

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 364 municípios. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 366 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Álvares Florence, Cajobi, Embaúba, Iperó e Macatuba sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 11.328 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 11.351 em 31 de dezembro de 2013).

Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2014, 54 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2015 e 2030 vencerão 38 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2014, foram assinados 274 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2013 – 266 contratos).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil do intangível utilizado nos 54 municípios em negociação totaliza R\$ 6.182.431, que representam 23,80% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.951.962 em 31 de dezembro de 2014, que representam 16,51% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 49,42% da receita bruta em 31 de dezembro de 2014 (dezembro/2013 – 51,75%) e 42,29% do ativo intangível (dezembro/2013 – 42,46%).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2014 do município de Santos era de R\$ 205.261 (dezembro/2013 – R\$ 340.530) e a receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 231.493 (dezembro/2013 – R\$ 249.393).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBovespa, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

Escassez hídrica - As operações da SABESP estão sendo influenciadas pelo calor recorde observado na região Metropolitana de São Paulo e pela menor pluviometria e afluência já observada em 84 anos nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira, que se encontram em nível abaixo do observado na série histórica, sendo os mesmos responsáveis, no início da escassez hídrica, pelo abastecimento direto de aproximadamente 8,8 milhões de pessoas. Para enfrentar esta situação e manter o abastecimento ininterrupto, a SABESP está:

- Captando água da reserva técnica do Sistema Cantareira, que é a disponibilidade de água que fica abaixo da captação por gravidade;
- Adotando incentivos econômicos para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água;
- Remanejando água entre os reservatórios para suprir hoje aproximadamente 2,5 milhões de consumidores localizados em regiões historicamente atendidas pelo Sistema Cantareira;
- Ampliando a veiculação de campanhas publicitárias para uso racional da água;
- Investindo em medidas operacionais para redução de perdas, com a ampliação da setorização e o controle da pressão noturna da rede;
- Antecipando investimentos para ampliar segurança hídrica.

Cabe informar que a capacidade de reservação de água depende de diversos fatores, tais como, níveis de chuva, temperatura e umidade atmosférica, bem como tipo e umidade dos solos nas regiões dos mananciais.

Esse cenário de escassez hídrica em 2014 e sua extensão para 2015 trouxe, também, impactos financeiros a Companhia. Diante deste fato, desde 2014 até este momento, foram tomadas decisões para minimizar esses efeitos, tais como, remanejamento dos investimentos, redução orçamentária das despesas, negociações de créditos vencidos (principalmente com o Governo do Estado de São Paulo e com os municípios atendidos no atacado), implementação da tarifa de contingência, solicitação de revisão tarifária extraordinária e outras ações.

A expectativa da Administração da Companhia é que os recursos disponíveis em caixa em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 1.722.991, a geração de caixa operacional prevista para 2015 e as linhas de créditos disponíveis para investimentos são suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo e não comprometer as ações necessárias para superação da escassez hídrica preservando o abastecimento a nossos consumidores.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ver outras divulgações sobre este assunto na nota explicativa 25 - receitas operacionais e nota explicativa 31 - eventos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Outros passivos

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de água e esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas até a data de sua transferência para este grupo, quando aplicável, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 15 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 “Receita operacional”.

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment, amparada, principalmente pela Lei 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 16. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de financiamento similares.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, da Companhia como um todo. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 19.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasesp – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social ("Sabesprev"), entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 24.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na nota explicativa 3.12.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
IFRIC 21 - Tributos ICPC 19	A <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> – IFRIC 21 aborda a questão sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos. Tal interpretação define tributo, assim como especifica que o fato gerador que dá origem a obrigação de pagar um tributo é a atividade que gera o pagamento do tributo, conforme identificada pela legislação. A interpretação apresenta orientações sobre como tipos diferentes de tributos devem ser contabilizados; em particular, esclarece que a obrigação econômica, assim como a premissa de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras, não implica, em conjunto ou isoladamente, a obrigação presente de pagamento de um tributo que será gerado pela operação da entidade no futuro.	1º de janeiro de 2014
Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidade de Investimento CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)	<p>As modificações à IFRS 10 definem entidades de investimento e introduzem exceção à exigência de consolidar as controladas de uma entidade de investimento. No que se refere à exceção, uma entidade de investimento deve mensurar sua participação nas controladas ao valor justo por meio do resultado. A exceção não se aplica a controladas de entidades de investimento que prestem serviços relacionados às atividades da entidade de investimento.</p> <p>Para ser classificada como uma entidade de investimento, determinados critérios devem ser cumpridos. Especificamente, uma entidade será classificada como uma entidade de investimento quando:</p>	1º de janeiro de 2014

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	<p>Obtiver recursos de um ou mais investidores em troca da prestação de serviços de gestão de investimentos.</p> <p>Ter o compromisso com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é investir recursos somente para obter retornos sobre a valorização de capital, receita de investimentos, ou ambos.</p> <p>Mensurar e avaliar o desempenho de quase todos os seus investimentos ao valor justo.</p> <p>As alterações à IFRS 12 e IAS 27 introduziram novas exigências de divulgação para as entidades de investimento.</p>	
Modificações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros CPC 39	Esclarecem as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado das expressões “atualmente possui o direito legalmente exequível de compensação” e “realização e liquidação simultâneas”.	1º de janeiro de 2014
Modificações à IAS 36 – Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros CPC 01 (R1)	<p>Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC.</p> <p>Adicionalmente, as modificações introduzem exigências de divulgação adicionais, aplicáveis quando o valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado ao valor justo, deduzido dos custos de alienação. Essas novas divulgações incluem a hierarquia de valor justo, principais premissas e técnicas de avaliação utilizadas. Tais exigências estão em linha com a divulgação prevista na IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo.</p>	1º de janeiro de 2014

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Modificações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de <i>Hedge</i> CPC 38	Trazem a isenção da obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado sob determinadas circunstâncias. As alterações também esclarecem que qualquer alteração no valor justo do derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , resultante da novação, deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2014

Análise do impacto das novas normas, alterações ou interpretações das normas para a Companhia:

IFRIC 21 - Tributos

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Modificações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidade de Investimento

Como a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3)), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Modificações à IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

A Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios da alteração da norma e concluiu não existirem impactos nas demonstrações financeiras.

Modificações à IAS 36/CPC 01 (R1) – Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A aplicação dessas alterações não teve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modificações à IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge

Como a Companhia não possui nenhum derivativo que tenha sido submetido a novação, a aplicação dessas alterações não apresentaram impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada, as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ³
IFRS 14	Contas Regulatórias Diferidas ¹
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes ²
Alterações a IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto ¹
Alterações à IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 04 (R1)	Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização ¹

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, pois a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 4.363.898 em 31 de dezembro 2014 (dezembro/2013 – R\$ 3.715.645). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.231.188	3.270.282	1.181.256	2.767.210
Empréstimos e financiamentos – Iene	48.066.910	1.068.527	41.504.249	926.790
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		17.703		14.512
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		7.386		7.133
Total da exposição		4.363.898		3.715.645
Custo de captação		(17.606)		(17.092)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		4.346.292		3.698.553

O aumento de 18% do saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014 foi causado principalmente pelos seguintes motivos:

- 1) Aumento de 4% na dívida denominada em dólar e de 16% na dívida denominada em iene; e

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 2) Efeito cambial, pois a taxa do dólar aumentou 13%, de R\$ 2,343 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2,656 em 31 de dezembro de 2014. As dívidas em dólar correspondem a 75% das dívidas em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 436.390 (dezembro/2013 - R\$ 371.564), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2014 (Passiva) em US\$	1.231.188	1.231.188	1.231.188
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2014	2,6562	2,6562	2,6562
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,8000	3,5000	4,2000
Diferença entre as taxas	(0,1438)	(0,8438)	(1,5438)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(177.045)	(1.038.876)	(1.900.708)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2014 (Passiva) em iene	48.066.910	48.066.910	48.066.910
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2014	0,02223	0,02223	0,02223
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02334	0,02918	0,03501
Diferença entre as taxas	(0,00111)	(0,00695)	(0,01278)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(53.354)	(334.065)	(614.295)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(230.399)	(1.372.941)	(2.515.003)

(*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2014, conforme BM&FBovespa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
TR ⁽ⁱ⁾	1.578.250	1.646.546
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.712.010	1.212.010
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.059.074	990.273
IPCA ^(iv)	1.492.320	1.413.629
LIBOR ^(v)	1.953.989	1.599.815
Juros e encargos	133.776	120.839
Total	<u>7.929.419</u>	<u>6.983.112</u>

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 79.294 (dezembro/2013 - R\$ 69.831) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9 e 10.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.722.347	1.781.327
Outros (*)	644	674
	1.722.991	1.782.001

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2014							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.685.090	1.653.018	1.775.960	1.336.078	1.373.623	6.810.293	14.634.062
Empreiteiros e fornecedores	323.513	-	-	-	-	-	323.513
Serviços a pagar	318.973	-	-	-	-	-	318.973
Parceria Público-Privada – PPP (*)	46.038	46.038	46.038	285.104	285.104	4.658.233	5.366.555
Compromissos Contrato de Programa	199.566	3.233	911	591	801	16.504	221.606

(*) A Companhia considerou também compromissos futuros (obras não realizadas) ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes a PPP São Lourenço devido a relevância dos fluxos de caixa futuros, dos impactos em suas operações e pela consideração de que a Companhia já possui esse compromisso formalizado através de contrato assinado entre as partes.

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas poderá implicar no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

31 de dezembro de 2014				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	1.604.765	12,4700%(*)	15,5875%	18,7050%
Receita financeira		200.114	250.143	300.171
Passivo				
CDI	(1.712.010)	12,4700%(*)	15,5875%	18,7050%
Juros a incorrer		(213.488)	(266.860)	(320.231)
Exposição líquida - CDI	(107.245)	(13.374)	(16.717)	(20.060)
Passivo				
TR	(1.578.250)	0,0178%(*)	0,0223%	0,0267%
Despesa a incorrer		(281)	(352)	(421)
IPCA	(1.492.320)	6,5300%(*)	8,1625%	9,7950%
Despesa a incorrer		(97.448)	(121.811)	(146.173)
TJLP	(1.059.074)	5,0000%(*)	6,2500%	7,5000%
Juros a incorrer		(52.954)	(66.192)	(79.431)
LIBOR	(1.953.989)	0,4180%**	0,5225%	0,6270%
Juros a incorrer		(8.168)	(10.210)	(12.252)
Despesas totais líquidas a incorrer		(172.225)	(215.282)	(258.337)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 26/12/2014

(**) Fonte do índice: Bloomberg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2014 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	10.785.767	9.450.074
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.722.991)	(1.782.001)
Dívida líquida	9.062.776	7.668.073
Total do Patrimônio Líquido	13.304.403	12.930.801
Capital total	22.367.179	20.598.874
Índice de alavancagem	41%	37%

Em 31 de dezembro de 2014 o índice de alavancagem aumentou para 41% em comparação aos 37% de 31 de dezembro de 2013, devido ao acréscimo de R\$ 1.335,7 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos principalmente em decorrência da entrada de recursos financeiros realizados em 2014 e de contratos de financiamentos em andamento, e o efeito da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e também não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA e, os instrumentos financeiros na categoria de outros passivos compreendem saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.722.991	1.722.991	1.782.001	1.782.001
Caixa restrito	19.750	19.750	10.333	10.333
Contas a receber de clientes	1.224.278	1.224.278	1.515.565	1.515.565
SalDOS com partes relacionadas	223.983	223.983	265.312	265.312
Agência Nacional de Águas – ANA	122.634	122.634	107.003	107.003
Demais contas a receber	187.950	187.950	155.991	155.991

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	10.785.767	10.641.611	9.450.074	9.439.094
Empreiteiros e fornecedores	323.513	323.513	275.051	275.051
Serviços a pagar	318.973	318.973	323.208	323.208
Compromisso Contratos de Programa	207.759	207.759	166.038	166.038
Parceria Público-Privada - PPP	368.283	368.283	342.508	342.508

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela $TR \times DI$, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2014.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis podem gerar impactos relevantes no resultado das operações.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 19.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 20.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Caixa e bancos	118.226	189.836
Equivalentes de caixa	<u>1.604.765</u>	<u>1.592.165</u>
	<u>1.722.991</u>	<u>1.782.001</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2014 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99,68% do CDI (dezembro/2013 – 100,00%).

8 Caixa restrito

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	9.176	7.460
Recursos captados junto ao BNDES (ii)	6.433	-
Outros	<u>4.141</u>	<u>2.873</u>
	<u>19.750</u>	<u>10.333</u>

- (i) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal. Conforme Nota 14 (d), item (v);
- (ii) Refere-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aguardando liberação das restrições de uso.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	852.815	1.008.335
Acordos (iii)	291.367	287.662
	<u>1.144.182</u>	<u>1.295.997</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	533.984	511.967
Federais	4.671	4.292
Acordos (iii)	192.253	167.642
	<u>730.908</u>	<u>683.901</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	776.674	661.908
Mauá	366.515	327.451
Mogi das Cruzes	2.092	15.430
Santo André	787.305	700.550
São Caetano do Sul	1.779	2.114
Diadema (*)	224.433	210.406
	<u>2.158.798</u>	<u>1.917.859</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
	<u>2.158.798</u>	<u>1.917.859</u>
Fornecimento a faturar	354.678	474.492
	<u>354.678</u>	<u>474.492</u>
Subtotal	4.388.566	4.372.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.164.288)	(2.856.684)
	<u>(3.164.288)</u>	<u>(2.856.684)</u>
Total	<u>1.224.278</u>	<u>1.515.565</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante	1.034.820	1.120.053
Não circulante	189.458	395.512
	<u>1.224.278</u>	<u>1.515.565</u>

(*) Em 18 de março de 2014, o Estado de São Paulo, o município de Diadema e a SABESP celebraram Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Município de Diadema. Por meio deste contrato, o Estado de São Paulo e o município de Diadema asseguraram à SABESP (ou subsidiária) o direito de explorar a prestação dos serviços, com exclusividade, pelo prazo de 30 anos.

Nesta mesma data, foram assinados acordos judiciais nas ações promovidas pela SABESP contra o Município de Diadema e a Saned - empresa municipal. Por meio desses acordos, SABESP, Município de Diadema e Saned concordaram em suspender a execução das ações de cobrança pelo fornecimento de água no atacado inadimplidas e de cobrança da dívida de indenização. As dívidas serão progressivamente reduzidas ao longo dos 30 anos, sob a condição de que haja integral cumprimento dos acordos e do contrato de prestação dos serviços.

Esse saldo está totalmente provisionado como perdas.

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do contas a receber por atacado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	1.917.859	1.677.727
Faturamento por serviços prestados	375.294	424.018
Recebimentos	(134.355)	(183.886)
Saldo no final do exercício	<u>2.158.798</u>	<u>1.917.859</u>

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores a vencer	992.800	1.243.156
Vencidos:		
Até 30 dias	136.666	191.668
Entre 31 e 60 dias	93.534	105.542
Entre 61 e 90 dias	62.276	60.868
Entre 91 e 120 dias	54.725	51.932
Entre 121 e 180 dias	96.079	90.498
Entre 181 e 360 dias	202.024	149.242
Acima de 360 dias	<u>2.750.462</u>	<u>2.479.343</u>
Total vencidos	<u>3.395.766</u>	<u>3.129.093</u>
Total	<u>4.388.566</u>	<u>4.372.249</u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	2.856.684	2.723.408
De particular/entidades públicas	130.398	93.272
Recuperações	(59.341)	(51.654)
De fornecimento por atacado	<u>236.679</u>	<u>218.687</u>
Adições no exercício	307.736	260.305
Baixa no exercício referente a contas a receber incobráveis	<u>(132)</u>	<u>(127.029)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>3.164.288</u></u>	<u><u>2.856.684</u></u>

Reconciliação provisão para perdas no resultado	2014	2013
Perdas (baixa)	52.900	63.102
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	(1.341)	(856)
Provisão particular/entidades públicas	130.398	93.272
Provisão fornecimento por atacado	16.973	-
Recuperações	<u>(59.341)</u>	<u>(51.654)</u>
Valor contabilizado como despesas com vendas	139.589	103.864

Foram contabilizados também como redução de receitas as perdas com vendas no atacado, no montante de R\$ 219.706 em 2014 e R\$ 218.687 em 2013.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	96.162	110.615
Provisão para perdas (i)	(45.333)	(46.674)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (GO) (ii) e (vi)	43.722	39.201
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos (GO) – fluxo mensal (ii) e (vi)	9.753	9.399
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>17.661</u>	<u>22.314</u>
Total do circulante	<u>121.965</u>	<u>134.855</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (GO) (ii) e (vi)	<u>102.018</u>	<u>130.457</u>
Total do não circulante	<u>102.018</u>	<u>130.457</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>223.983</u>	<u>265.312</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	50.829	63.941
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (GO)	155.493	179.057
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>17.661</u>	<u>22.314</u>
Total	223.983	265.312

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	107.784	229.605
Outros (ver item “g” abaixo)	1.569	1.791
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	216.816	239.513
Serviços de esgoto	195.218	209.585
Recebimentos de partes relacionadas	(431.607)	(453.612)
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	112.534	110.912

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 45.333 em 2014 e R\$ 46.674 em 2013).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Ver informações adicionais sobre o plano G0 na Nota 20 (b) (iii).

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiacupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgotos de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA-IBGE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao valor controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, cuja expectativa é de possível ganho, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A Administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.479.705 e R\$ 1.412.479, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.053.527 e R\$ 1.780.268, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 20 (b) (iii).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores controversos a receber	783.422	716.196
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (valor original)(*)	696.283	696.283
Total	1.479.705	1.412.479

(*) Ver evento subsequente importante sobre este assunto na nota explicativa 31 (c).

(c) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Atualmente está em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

Em 10 de abril de 2014, emitimos Comunicado ao Mercado com a informação sobre um eventual acordo futuro. No entanto, nenhum ajuste foi confirmado e nenhum acordo foi executado por qualquer das partes até este momento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2014, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 9.651 (dezembro/2013 - R\$ 12.879).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 31 de dezembro de 2014 somaram R\$ 403 (dezembro/2013 – R\$ 695).

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.569 e R\$ 1.791 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 676.071 (dezembro/2013 – R\$ 546.748), conforme Nota 20 (b).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Remuneração da Administração

- Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

- Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

- Bônus:

A SABESP paga bônus para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores foi de R\$ 3.446 e R\$ 3.386 para os exercícios de 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 504, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2014 (dezembro/2013 - R\$ 566).

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S/A, Águas de Castilho S/A, Aquapolo Ambiental S/A e Attend Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados com as SPE's Águas de Andradina S/A e Águas de Castilho S/A, foram liquidados. Os demais contratos firmados com Aquapolo Ambiental S/A, em 30 de março de 2012 e Attend Ambiental S/A, em 09 de maio de 2014, permanecem com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Attend Ambiental	5.400	5.400	494	5.894	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	2.559	8.188	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	7.284	26.284	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Total	30.029	30.029	10.337	40.366		

(*) O contrato de mútuo com a SPE Attend Ambiental S/A, possui prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir da data da disponibilização do respectivo valor na conta da mutuária, renováveis por igual período. O limite de crédito estará disponível à mutuária até 31 de dezembro de 2014.

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber", sendo R\$ 24.400 de principal e R\$ 7.778 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 5.629 de principal e R\$ 2.559 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 40.366 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 32.058). No período de janeiro a dezembro de 2014, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 5.222 (janeiro a dezembro de 2013 – R\$ 3.977).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Em 31 de dezembro de 2014 o valor total com o programa foi de R\$ 67.576 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 35.513), sendo R\$ 17.661 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 22.314) registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 24.862 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 9.896) registrado no grupo de intangível e R\$ 25.053 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 3.303) reembolsado pelo GESP.

11 Agência Nacional de Águas - ANA

Referem-se a contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2014 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 122.634 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 107.003), sendo que o passivo está registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante.

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" – CPC 19(R2)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S/A, com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 3.097, divididos em 3.096.866 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 770, divididos em 770.000 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S/A, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 13.400, divididos em 13.400.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. O valor que estava registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.400 foi totalmente integralizado em 1º de março de 2013.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

Aquapolo Ambiental S/A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sesamm	9.644	8.239	1.405	2.479	36%	36%	26.788	22.884	3.904	6.885
Águas de Andradina	1.375	1.087	288	336	30%	30%	4.582	3.622	960	1.119
Águas de Castilho	860	619	241	145	30%	30%	2.866	2.064	802	484
Saneaqua Mairinque	809	931	(122)	209	30%	30%	2.697	3.102	(405)	695
Attend Ambiental	-	2.707	(2.707)	(1.672)	45%	45%	(111)	6.016	(6.127)	(3.715)
Aquapolo Ambiental	<u>7.948</u>	<u>9.506</u>	<u>(1.558)</u>	<u>968</u>	49%	49%	<u>16.220</u>	<u>19.400</u>	<u>(3.180)</u>	<u>1.976</u>
Total	20.636	23.089	(2.453)	2.465			53.042	57.088	(4.046)	7.444
Outros investimentos	<u>587</u>	<u>571</u>								
Total geral	<u>21.223</u>	<u>23.660</u>								

13 Propriedades para Investimento

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo das “Propriedades para investimento” é de R\$ 54.039 (dezembro/2013 – R\$ 54.039). Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 350.000 e R\$ 296.000, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.983.492	(1.614.221)	7.369.271	8.578.886	(1.499.096)	7.079.790
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.679.042	(397.782)	1.281.260	1.529.096	(342.950)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	7.338.985	(1.959.832)	5.379.153	6.473.507	(1.804.940)	4.668.567
Contratos de programa – compromissos (iv)	808.662	(105.753)	702.909	693.029	(79.709)	613.320
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	12.916.939	(1.930.553)	10.986.386	11.555.381	(1.430.778)	10.124.603
Licença de uso de software	326.045	(65.498)	260.547	209.156	(35.351)	173.805
Total	32.053.165	(6.073.639)	25.979.526	29.039.055	(5.192.824)	23.846.231

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2013	Adições	Renovação Contrato	Provisão para perdas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2014
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	7.079.790	693.960	(165.093)	(1.598)	(34.011)	(14.542)	(189.235)	7.369.271
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.186.146	150.647	-	-	(57)	(496)	(54.980)	1.281.260
Contratos de programa (iii)	4.668.567	878.947	165.093	(2.919)	(122.940)	(9.726)	(197.869)	5.379.153
Contratos de programa – compromissos (iv)	613.320	115.632	-	-	-	-	(26.043)	702.909
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.124.603	1.264.861	-	(30.352)	112.507	(23.162)	(462.071)	10.986.386
Licença de uso de Software	173.805	132.734	-	-	-	-	(45.992)	260.547
Total	23.846.231	3.236.781	-	(34.869)	(44.501)	(47.926)	(976.190)	25.979.526

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Renovação Contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2013
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.896.194	647.318	(310.844)	(6.690)	(3.458)	(142.730)	7.079.790
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.109.936	126.853	-	82	(86)	(50.639)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	3.819.172	733.796	310.844	4.789	(2.390)	(197.644)	4.668.567
Contratos de programa – compromissos (iv)	571.091	65.040	-	-	-	(22.811)	613.320
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.568.487	975.913	-	177	(21.939)	(398.035)	10.124.603
Licença de uso de Software	2.646	201.399	-	5.155	-	(35.395)	173.805
Total	21.967.526	2.750.319	-	3.513	(27.873)	(847.254)	23.846.231

Durante 2014 a Companhia formalizou contratos de programa com os municípios de Itapevi, Jaborandi, Lucélia, Parapuã, Piedade, Rosana, Registro e Diadema, todos pelo prazo de 30 anos. Ver informações sobre o contrato com Diadema na nota explicativa 9 (a).

(c) Serviços de construção

	2014		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.204.380	1.713.656	2.918.036
Custo de construção	1.181.596	1.673.920	2.855.516
Margem	22.784	39.736	62.520

	2013		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.011.412	1.433.323	2.444.735
Custo de construção	988.281	1.406.206	2.394.487
Margem	23.131	27.117	50.248

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia operava em 364 municípios no Estado de São Paulo (em 2013 – 363). Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 26.043 (dezembro/2013 – R\$ 22.811).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante o montante de R\$ 189.551 e R\$ 77.360 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente e no passivo não circulante o montante de R\$ 18.208 e R\$ 88.678 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Em 2014 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/14-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, através do ofício ATG/Ofício nº 092/14-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP.

Por meio da Deliberação 488, de 07 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP, postergando a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devam ser considerados na Revisão Tarifária.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 49,42% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2014, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 278.265 (dezembro/2013 – R\$ 205.012), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(f) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2014 e 2013 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2014 e de 2013 foi de R\$ 62.520 e R\$ 50.248, respectivamente.

(g) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2014, o total referente às desapropriações foi de R\$ 13.200 (dezembro/2013 - R\$ 61.102).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Parceria Público-Privada - PPP

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 404.447 e R\$ 415.619, respectivamente.

Com relação às obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos no passivo circulante eram de R\$ 38.047 e R\$ 20.241, e no passivo não circulante eram de R\$ 307.991 e R\$ 322.267, respectivamente. Em 2014 foi utilizada a taxa de desconto de 8,06% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, sendo que o início das obras ocorreu em abril de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 22.756, sendo que a obrigação assumida no montante de R\$ 22.245 foi registrado no passivo não circulante.

(i) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5.180 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2014 (dezembro/2013 – R\$ 6.498 milhões), sendo que em 2014 as maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São José dos Campos, nos montantes de R\$ 2.219, R\$ 229 e R\$ 253, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,8% em 2014 e 3,9% em 2013.

(k) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), que inclui a implementação do módulo administrativo/financeiro e do módulo comercial.

15 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terrenos	100.533	-	100.533	88.332	-	88.332
Edificações	74.235	(31.720)	42.515	54.187	(30.233)	23.954
Equipamentos	299.921	(152.999)	146.922	202.498	(130.665)	71.833
Equipamentos de transporte	14.051	(6.438)	7.613	13.856	(5.961)	7.895
Móveis e utensílios	16.556	(9.432)	7.124	17.060	(10.239)	6.821
Outros	688	(550)	138	1.201	(540)	661
Total	<u>505.984</u>	<u>(201.139)</u>	<u>304.845</u>	<u>377.134</u>	<u>(177.638)</u>	<u>199.496</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2013	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2014
Terrenos	88.332	-	12.201	-	-	100.533
Edificações	23.954	28.407	(8.561)	-	(1.285)	42.515
Equipamentos	71.833	58.002	42.481	(280)	(25.114)	146.922
Equipamentos de transporte	7.895	1.481	(707)	-	(1.056)	7.613
Móveis e utensílios	6.821	1.187	(29)	(39)	(816)	7.124
Outros	661	374	(884)	(3)	(10)	138
Total	199.496	89.451	44.501	(322)	(28.281)	304.845

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2013
Terrenos	88.328	-	4	-	-	88.332
Edificações	25.561	-	(133)	(216)	(1.258)	23.954
Equipamentos	69.633	24.678	(1.358)	(350)	(20.770)	71.833
Equipamentos de transporte	6.615	4.096	(1.795)	-	(1.021)	7.895
Móveis e utensílios	6.187	1.458	(5)	(59)	(760)	6.821
Outros	386	511	(226)	-	(10)	661
Total	196.710	30.743	(3.513)	(625)	(23.819)	199.496

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação foi de 11,4%, nos anos de 2014 e 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	-	-	-	100.497	-	100.497
Debêntures 10ª Emissão	38.027	187.352	225.379	37.171	220.109	257.280
Debêntures 12ª Emissão	45.450	431.174	476.624	22.727	476.702	499.429
Debêntures 14ª Emissão	37.038	239.192	276.230	20.079	269.862	289.941
Debêntures 15ª Emissão	94.819	761.497	856.316	-	820.887	820.887
Debêntures 16ª Emissão	498.731	-	498.731	-	499.434	499.434
Debêntures 17ª Emissão	-	1.067.760	1.067.760	-	1.027.925	1.027.925
Debêntures 18ª Emissão	-	202.145	202.145	-	160.859	160.859
Debêntures 19ª Emissão	-	497.793	497.793	-	-	-
Caixa Econômica Federal	67.085	1.031.438	1.098.523	83.267	959.853	1.043.120
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	65.237	81.546	16.309	81.546	97.855
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.287	76.975	87.262	9.370	79.644	89.014
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.068	35.318	39.386	2.308	29.192	31.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	1.725	25.875	27.600	-	20.400	20.400
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	20.183	186.374	206.557	19.230	196.821	216.051
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	-	187.420	187.420	-	98.404	98.404
Arrendamento Mercantil	8.997	473.593	482.590	-	382.492	382.492
Outros	716	1.886	2.602	498	2.431	2.929
Juros e Demais Encargos	125.011	-	125.011	113.504	-	113.504
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	968.446	5.471.029	6.439.475	424.960	5.326.561	5.751.521

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

EM MOEDA ESTRANGEIRA

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$75.293 mil (dez/13 – US\$100.391 mil)	66.664	133.329	199.993	58.794	176.382	235.176
Inter-American Development Bank - BID 896 – US\$5.555 mil (dez/13 – US\$8.333 mil)	7.377	7.378	14.755	6.507	13.014	19.521
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$113.059 mil (dez/13 – US\$123.337 mil)	27.301	273.007	300.308	24.077	264.854	288.931
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$347.190 mil (dez/13 – US\$243.687 mil)	-	914.189	914.189	-	564.443	564.443
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$45.860 mil (dez/13 – US\$37.335 mil)	-	121.447	121.447	-	87.077	87.077
Euro Bônus – US\$140.000 mil (dez/13 – US\$140.000 mil)	-	371.655	371.655	-	327.640	327.640
Euro Bônus – US\$350.000 mil (dez/13 – US\$350.000 mil)	-	924.741	924.741	-	813.650	813.650
JICA 15 – Iene 17.286.450 mil (dez/13 – Iene 18.438.880 mil)	25.619	358.659	384.278	25.733	386.007	411.740
JICA 18 – Iene 15.542.400 mil (dez/13 – Iene 16.578.560 mil)	23.034	322.166	345.200	23.137	346.733	369.870
JICA 17 – Iene 1.029.992 mil (dez/13 – Iene 450.484 mil)	-	22.437	22.437	-	9.704	9.704
JICA 19 – Iene 14.208.068 mil (dez/13 – Iene 6.036.325 mil)	-	314.526	314.526	-	134.010	134.010
BID 1983AB – US\$154.231 mil (dez/13 – US\$178.173 mil)	63.596	344.078	407.674	56.087	359.059	415.146
Juros e Demais Encargos	25.089	-	25.089	21.645	-	21.645
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	238.680	4.107.612	4.346.292	215.980	3.482.573	3.698.553
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.207.126	9.578.641	10.785.767	640.940	8.809.134	9.450.074

Cotação de 31 de dezembro de 2014 US\$ 2,6562; Iene 0,022230 (em 31 de dezembro de 2013 US\$ 2,34260; Iene 0,022330)

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI +0,75 (1ª série) e 4,5% (2ª série) e +4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 19ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2017	CDI + 0,80% à 1,08%	
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2015/2037	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	RECURSOS PRÓPRIOS	2028	1,66% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2015/2018	TJLP + 2% (Fehidro) e 12% (Presidente Prudente)	TR

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	VARIAÇÃO CAMBIAL
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank - BID 713 - US\$75.293 mil	GOVERNO FEDERAL	2017	3,04%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$5.555 mil	GOVERNO FEDERAL	2016	3,00%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$113.059 mil	GOVERNO FEDERAL	2025	2,51%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$347.190 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,12%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$45.860 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,43%	US\$
Euro Bônus – US\$140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 17.286.450 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 15.542.400 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 1.029.992 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 14.208.068 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$154.231 mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2014

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 até 2037	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	714.065	357.831	880.837	574.842	651.485	363.759	558.159	4.100.978
Caixa Econômica Federal	67.085	67.921	71.757	75.741	79.015	82.732	654.272	1.098.523
BNDES	52.572	65.056	68.965	68.965	68.966	51.350	253.897	629.771
Arrendamento Mercantil	8.997	21.851	22.675	23.571	24.543	26.313	354.640	482.590
Outros	716	638	719	529	-	-	-	2.602
Juros e Demais Encargos	125.011	-	-	-	-	-	-	125.011
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	968.446	513.297	1.044.953	743.648	824.009	524.154	1.820.968	6.439.475
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	101.342	101.343	142.502	75.838	75.838	75.838	856.544	1.429.245
BIRD	-	-	-	-	4.060	8.121	109.266	121.447
Euro Bônus	-	371.655	-	-	-	924.741	-	1.296.396
JICA	48.653	48.652	49.271	49.890	66.963	66.963	736.049	1.066.441
BID 1983AB	63.596	63.596	63.596	63.302	46.994	46.231	60.359	407.674
Juros e Demais Encargos	25.089	-	-	-	-	-	-	25.089
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	238.680	585.246	255.369	189.030	193.855	1.121.894	1.762.218	4.346.292
Total Geral	1.207.126	1.098.543	1.300.322	932.678	1.017.864	1.646.048	3.583.186	10.785.767

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debêntures

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.770 (2013 – R\$ 6.402), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Debêntures (19ª emissão)

Em 30 de junho de 2014, a Companhia realizou a 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor total de R\$ 500.000, quantidade de 50.000 debêntures, valor unitário de R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série única	50.000	-	DI+ 0,80% à 1,08% a.a.	Semestral (junho e dezembro)	Parcela única	Junho/2017

Os recursos provenientes da captação por meio da 19ª Emissão de Debêntures foram destinados ao pagamento de compromissos financeiros da Companhia.

Debêntures (18ª emissão – 3ª série)

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor unitário de R\$ 2.753,70 (dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), perfazendo um total de R\$ 275.370. O BNDES subscreveu e liquidou a 1ª e 2ª séries em 16 de dezembro de 2013. Em 15 de dezembro 2014 o BNDES subscreveu e liquidou parte da 3ª série, no valor de R\$ 35.798, correspondente a 13 debêntures das 42 previstas. O restante da 3ª série, 29 debêntures, deverá ser subscrita até 2016.

A 1ª e 3ª séries possuem prazo total de 132 meses com carência de 36 meses e serão remuneradas através da TJLP + 1,92% a.a. A 2ª série possui prazo total de 133 meses com carência de 37 meses, a partir de 15 de outubro de 2014, e será remunerada à taxa de 8,25% a.a. + IPCA.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024
2ª Série	30	IPCA	8,25% a.a.	Anual	Anual (a partir de novembro de 2017)	Novembro/2024
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024

Os recursos são usados para reembolsar investimentos feitos em obras em sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, composto pelos seguintes projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Bacia do Piracicaba - Capivari - Jundiá (PCJ) além de suportar parte do Programa de Redução de Perdas da SABESP.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão:

A Companhia e o BNDES vem discutindo desde 2014 a padronização das cláusulas de obrigações especiais, referentes à manutenção de “covenants”, no que diz respeito à forma de apuração, às regras de caracterização dos descumprimentos e à constituição de garantias adicionais.

No final de 2014 a Companhia e o BNDES formalizaram a intenção de padronizar as cláusulas. Na sequência a Sabesp finalizou em 27 de fevereiro de 2015 as tratativas junto ao BNDES e repactuou as cláusulas de “covenants”, a vigorar desde 31 de dezembro de 2014, excluindo o indicador de Margem EBITDA (sobre receita operacional líquida).

As novas cláusulas de “covenants” repactuadas foram:

I) manter os seguintes índices, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 meses, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais revisadas ou demonstrações financeiras anuais auditadas:

- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser igual ou superior a 3,50;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 3,0;
- Outras dívidas onerosas^(*) / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 1,0.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

II) O descumprimento de uma ou mais de uma obrigação referente aos covenants definidos no item (I) ficará caracterizado quando:

a) não atingidas por no mínimo 2 trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses, as metas estipuladas no item (I) para qualquer dos índices nele definidos, dentro dos limites estipulados no item (III).

b) não atingidas por no mínimo 01 (um) trimestre, dentro de um período de 12 (doze) meses, as metas estipuladas no quadro do item (I) para qualquer um dos índices nele definidos, fora dos limites estipuladas no item (III).

III) Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos “covenants” nos termos do item (II) (a), cujos limites estão estabelecidos abaixo, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” será automaticamente acrescido em 20% (vinte por cento), o que deverá ser efetivado pela Companhia em até 30 dias da publicação das demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas.

- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser inferior a 3,50 e igual ou superior a 2,80;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 3,80 e superior a 3,00;
- Outras dívidas onerosas / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 1,30 e superior a 1,00.

O não atingimento de um ou mais de um índice dentro da faixa estipulada acima, em um mesmo período ou em períodos sucessivos ao que gerou o reforço automático da garantia, não gera nova obrigação de constituir a garantia adicional pactuada.

IV) Caso fique caracterizado o descumprimento de qualquer dos “covenants” nos termos do item (II) (b), e/ou da obrigação estipulada para a Companhia de reforço automático da garantia nos termos do item (III), os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério: requerer a Companhia a constituição de outras garantias adicionais, no prazo a ser por ele fixado em notificação; suspender a liberação dos recursos; e/ou decretar o vencimento antecipado dos Contratos de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissões Privadas e Outros Pactos.

Os contratos também possuem cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura, implicará em vencimento antecipado do mesmo.

Aplicável a 12ª emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora; e

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” o agente fiduciário deverá convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

.

Aplicáveis a 15ª emissão, 16ª emissão, 17ª emissão e 19ª emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeira divulgadas pela Emissora; e

O não cumprimento das cláusulas de “covenants”, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos possuem cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões (para 19ª emissão montante igual ou superior a R\$ 120 milhões), corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, levará ao vencimento antecipado destes contratos.

(b) Banco do Brasil

Em 5 de março de 2014, a SABESP efetuou o pagamento da última parcela do contrato firmado com o Banco do Brasil.

(c) Caixa Econômica Federal

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreu a captação de R\$ 19,0 milhões destinados a obras do Projeto Tietê e Programa Metropolitano de Água. Os recursos são parte das nove operações de crédito formalizadas em 02 de dezembro de 2013 entre a SABESP e a Caixa Econômica Federal e são oriundos do Programa Saneamento para Todos, seleção do Ministério das Cidades – PAC 2012/2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. Para os contratos firmados, também é realizada a constituição de conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à uma prestação de amortização do principal e acessórios da dívida.

(ii) Covenants

Os contratos possuem Cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará em vencimento antecipado.

Para os contratos vigentes, formalizados entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho, calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) ou Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho (“AMD”) válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 à 2016. Se deixarmos de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e seríamos impedidos de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário.

Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMD's assinados até 13 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessário a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

(d) BNDES

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.011 (2013 – R\$ 531), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 89.000, referente ao contrato 12.2.1381.1 (BNDES Tietê III), firmado em fevereiro de 2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida.

(ii) Covenants

Vide item (a), (ii), covenants aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão, desta nota explicativa.

Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

(*) Vide item (c), (ii) desta nota explicativa.

(e) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2016 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de agosto de 2013, iniciou a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 138.602 e R\$ 144.384, respectivamente.

Em 22 de março de 2014, iniciou a operação da Estação de Tratamento de Esgoto Campos do Jordão e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 135.303.

(f) Eurobônus

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 5.142 (2013 – R\$ 6.584), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias (*) tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(*) Conforme contrato, entende-se por subsidiária: “a empresa, associação ou outra sociedade da qual mais de 50% de suas ações com direito a voto são de propriedade ou controle, direto ou indireto, de qualquer Pessoa ou uma ou mais outras Subsidiárias de Pessoa, ou suas combinações”.

(g) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.017 (2013 – R\$ 6.418), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 244.203, referente ao contrato 2202 (BID 2202).

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(h) Agência Japonesa para Cooperação Internacional - JICA

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 181.653, referente ao contrato BZ-P19 (JICA 19).

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 2.086 (2013 – R\$ 1.466), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) AB Loan (IADB 1983AB)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.994 (2013 – R\$ 2.243), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

(j) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 366 (2013 – R\$ 384), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(k) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(l) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2014
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	2.349
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	1.924
Inter-American Development Bank – BID	672
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	546
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	144
Outros	79
TOTAL	5.714

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2014. (US\$ 1,00 = R\$ 2,6562; ¥ 1,00 = R\$ 0,02223).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa Econômica Federal

Em junho de 2014 foram firmados contratos que totalizaram R\$ 320,8 milhões de financiamento. Estas contratações foram objetos da seleção PAC 2013/2014, efetuada pelo Ministério das Cidades, sendo os recursos financeiros destinados à execução de obras do Projeto Tietê, Programa Metropolitano de Água e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Hortolândia e Itatiba. O prazo total é de até 24 anos, com carência de até 4 anos e juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano.

BNDES

Contrato nº 14.2.0535.1 – Firmado em junho de 2014, no valor de R\$ 61.143, destinado às obras de implantação do Setor Gênese e execução de rede primária de interligação da Sede ao Setor Fazendinha, no município de Santana de Parnaíba. Os recursos são oriundos do Programa Saneamento para Todos, seleção do Ministério das Cidades – PAC 2013/2014. As condições contratuais são: Período de Carência de 36 meses, Período de Amortização de 108 meses e Juros de 1,76% aa + TJLP. Para este contrato, até o momento, não ocorreu nenhum desembolso.

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

17 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos a recuperar		
Cofins e Pasep	10.121	-
Imposto de renda e contribuição social	132.447	79.548
IRRF sobre aplicações financeiras	3.718	2.437
Outros tributos federais	2.313	4.764
Outros tributos municipais	169	656
Total dos tributos a recuperar	148.768	87.405

O aumento no saldo de impostos a recuperar, decorre principalmente do acréscimo na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”, devido ao maior valor recolhido no exercício, em função dos efeitos da declaração dos juros sobre o capital próprio e da queda no lucro tributável ocorridos durante o último trimestre de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivo circulante

Impostos e contribuições a recolher	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cofins e Pasep	-	21.797
INSS	33.324	30.822
IRRF	17.377	39.330
Outros	23.437	23.433
Total	74.138	115.382

A redução dos tributos a pagar do passivo circulante decorre da recuperação de créditos de Cofins e Pasep gerando assim um valor a recuperar, registrado no ativo circulante na rubrica “Impostos a recuperar”. Houve também, redução no valor do imposto de renda retido na fonte dos juros sobre capital próprio, em decorrência do menor valor declarado no exercício de 2014.

18 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo		
Provisões	524.728	506.568
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	229.266	215.187
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.742	43.901
Provisão para perdas de crédito	222.587	172.482
Outros	112.566	87.266
Total do ativo fiscal diferido	1.220.160	1.110.675

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(559.411)	(595.285)
Capitalização de custos de empréstimos	(253.581)	(200.343)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.092)	(81.711)
Ganho/perda atuarial – Plano G1	(2.514)	(32.405)
Outros	(108.084)	(86.901)
Total do passivo fiscal diferido	(1.010.682)	(996.645)
Ativo fiscal diferido líquido	209.478	114.030

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

(b) Realização

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	216.063	216.515
a ser realizado depois de um ano	1.004.097	894.160
Total do ativo fiscal diferido	1.220.160	1.110.675
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(39.836)	(37.126)
a ser realizado depois de um ano	(970.846)	(959.519)
Total do passivo fiscal diferido	(1.010.682)	(996.645)
Ativo fiscal diferido	209.478	114.030

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

Impostos diferidos ativo	31 de dezembro de 2013	Variação líquida	31 de dezembro de 2014
Provisões	506.568	18.160	524.728
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	215.187	14.079	229.266
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	1.841	45.742
Perdas de créditos	172.482	50.105	222.587
Outros	87.266	25.300	112.566
Total	1.110.675	109.485	1.220.160

Impostos diferidos passivo	31 de dezembro de 2013	Variação líquida	31 de dezembro de 2014
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	35.874	(559.411)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(53.238)	(253.581)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(5.381)	(87.092)
Ganho/perda atuarial – G1	(32.405)	29.891	(2.514)
Outros	(86.901)	(21.183)	(108.084)
Total	(996.645)	(14.037)	(1.010.682)

Ativo fiscal diferido líquido	114.030	95.448	209.478
-------------------------------	---------	--------	---------

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012	Variação líquida	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo	Reapresentado		
Provisões	512.107	(5.539)	506.568
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	193.125	22.062	215.187
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	2.589	43.901
Perdas de créditos	162.670	9.812	172.482
Outros	97.425	(10.159)	87.266
Total	1.091.910	18.765	1.110.675

	31 de dezembro de 2012	Variação líquida	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos passivo	Reapresentado		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	54.808	(595.285)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(42.045)	(200.343)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(3.884)	(81.711)
Ganho/perda atuarial – G1	9.405	(41.810)	(32.405)
Outros	(69.795)	(17.106)	(86.901)
Total	(946.608)	(50.037)	(996.645)

Ativo fiscal diferido líquido	145.302	(31.272)	114.030
--------------------------------------	----------------	-----------------	----------------

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo inicial	114.030	145.302
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	65.557	10.538
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial	29.891	(41.810)
Total da variação líquida	95.448	(31.272)
Saldo final	209.478	114.030

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	1.274.843	2.655.599
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(433.447)	(902.904)
Benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio	100.327	182.596
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(48.380)	(33.279)
Doações	(7.080)	(12.218)
Outras diferenças	16.720	33.765
Imposto de renda e contribuição social	(371.860)	(732.040)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(437.417)	(742.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.557	10.538
Alíquota efetiva	29%	28%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 20 (iii)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Regime Tributário de Transição (RTT) e Lei 12.973/2014

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório.

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

De acordo com a lei, a pessoa jurídica poderia adotar as regras a partir de 1º de janeiro de 2014, mediante opção a ser manifestada de maneira irretratável perante a Receita Federal, exceto com relação aos artigos 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entram em vigor na data da publicação. A Companhia decidiu não fazer tal opção antecipada.

As análises preparadas pela Companhia não demonstram impactos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

19 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2014	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2013
Ações com clientes (i)	638.637	(114.463)	524.174	621.999	(110.384)	511.615
Ações com fornecedores (ii)	260.854	(195.478)	65.376	340.100	(183.606)	156.494
Outras questões cíveis (iii)	126.403	(9.990)	116.413	129.400	(11.965)	117.435
Ações tributárias (iv)	55.554	-	55.554	59.659	(1.956)	57.703
Ações trabalhistas (v)	235.466	(2.233)	233.233	156.060	(1.614)	154.446
Ações ambientais (vi)	226.404	(807)	225.597	182.689	-	182.689
Total	1.543.318	(322.971)	1.220.347	1.489.907	(309.525)	1.180.382
Circulante	625.092	-	625.092	631.374	-	631.374
Não circulante	918.226	(322.971)	595.255	858.533	(309.525)	549.008

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2013	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2014
Ações com clientes (i)	621.999	66.895	87.987	(74.308)	(63.936)	638.637
Ações com fornecedores (ii)	340.100	1.917	18.922	(66.608)	(33.477)	260.854
Outras questões cíveis (iii)	129.400	31.224	37.607	(14.507)	(57.321)	126.403
Ações tributárias (iv)	59.659	983	6.818	(2.313)	(9.593)	55.554
Ações trabalhistas (v)	156.060	123.631	22.205	(42.107)	(24.323)	235.466
Ações ambientais (vi)	182.689	53.829	21.257	(13)	(31.358)	226.404
Subtotal	1.489.907	278.479	194.796	(199.856)	(220.008)	1.543.318
Depósitos judiciais vinculados	(309.525)	(24.999)	(21.613)	28.698	4.468	(322.971)
Total	1.180.382	253.480	173.183	(171.158)	(215.540)	1.220.347

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ações com clientes (i)	461.900	737.800
Ações com fornecedores (ii)	1.346.400	1.071.000
Outras questões cíveis (iii)	447.900	422.400
Ações tributárias (iv)	632.100	570.700
Ações trabalhistas (v)	304.000	278.700
Ações ambientais (vi)	586.800	163.900
Total	3.779.100	3.244.500

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.240 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 60 ações cujos clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 12.559 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado aos novos processos ajuizados e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento, compensados em parte por pagamentos ocorridos no período e pelas revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2014. O decréscimo ocorrido de R\$ 275.900 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado, principalmente, a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 91.118 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, a pagamentos ocorridos no período e as revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2014. O acréscimo ocorrido de R\$ 275.400 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado aos novos processos ajuizados no ano de 2014 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 25.500 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014.

(iv) Ações Tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 61.400 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014 e principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, conforme descritos no item “b” abaixo.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 431.853 (dezembro/2013 – R\$ 411.890). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A Administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 357.528 (dezembro/2013 – R\$ 307.817), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Por não haver decisão final de mérito, a Administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 53.486 (dezembro/2013 – R\$ 50.065). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2014 em R\$ 45.401 (dezembro/2013 – R\$ 43.689). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cujas expectativas são de provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 15.746 (dezembro/2013 – R\$ 13.696) e R\$ 71.677 (dezembro/2013 – R\$ 62.979), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 7.288 (dezembro/2013 – R\$ 6.999) e de perda provável o valor de R\$ 1.243 (dezembro/2013 – R\$ 1.194).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de legislações municipais que impunham a cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado foi julgado improcedente em primeira instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do Recurso de Apelação deu provimento parcial para reconhecer a impossibilidade da cobrança de contribuição mensal, por inconstitucionalidade dando como válida a necessidade de caução e demais exigências para a expedição do Termo de Permissão de Uso – TPU, no entanto, esta decisão não surtiu efeito porque as normas, objeto deste primeiro mandado, foram revogadas. No segundo mandado foi concedido parcialmente a segurança para vedar a exigibilidade do preço público e da caução pelo uso das áreas públicas decorrentes da incidência de legislação municipal. Foi negado provimento ao Recurso de Apelação da Municipalidade e aguarda julgamento em instância superior. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes à horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, consequentemente, provisionados. O acréscimo de R\$ 78.787 ocorrido nos processos de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) e o acréscimo de R\$ 25.300 ocorrido nos processos de perda possível se devem a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 42.908 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente ao complemento de estimativas dos processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014. O acréscimo de R\$ 422.900 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014 e ao complemento de estimativas dos processos em andamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem cinco ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. A Administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 187.669 (dezembro/2013 – R\$ 169.939) e, outras sete ações como possível perda no montante de R\$ 558.872 (dezembro/2013 – R\$ 145.107), sendo que a principal variação refere-se a um novo processo ocorrido no quarto trimestre de 2014, onde o valor considerado para fins de divulgação trata-se do valor questionado pela parte contrária, não sendo possível ainda, uma estimativa do montante envolvido por parte da Companhia, considerando o estágio inicial do processo.

(vii) Processos com acordos firmados em 2014

A Companhia firmou, durante o exercício de 2014, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 28.982. Desse valor, R\$ 25.532 está relacionado a obras e R\$ 3.450 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2014, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 18.497.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, julgada procedente em primeira e segunda instâncias para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, sendo que encontra-se pendente Recurso Especial interposto pela SABESP. A expectativa é de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, a qual foi julgada improcedente, sem recurso por parte do autor, razão pela qual a expectativa foi alterada para remota perda. A operação está mantida; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, com decisão favorável à Sabesp em 2ª instância. Em 11 de julho de 2014 foi disponibilizada a intimação da publicação da sentença de extinção do processo de execução e remessa dos autos ao arquivo geral; d) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de segunda instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida. Interposição de recursos extremos, com expectativa de provável perda; e) O Município de Macatuba ajuizou contra a SABESP ação de reintegração de posse objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi deferida e a Ação foi julgada procedente, em primeira e segunda instâncias. A SABESP deixou de operar no Município até a presente data, com expectativa provável perda; f) A Companhia ingressou com ação de manutenção de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira e 2ª instâncias. Atualmente aguarda aceitação dos recursos extremos, todavia, o processo encontra-se suspenso para possíveis tratativas de acordo entre as partes. A expectativa é de perda provável; g) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a Sabesp, com pedido de liminar, para mantê-lo na posse, sendo que o pedido foi deferido e cumprido em 20 de maio de 2013. A decisão foi contestada e interpusemos agravo de instrumento contra a decisão liminar, a qual foi mantida pelo Tribunal. A ação de reintegração de posse aguarda julgamento, com expectativa de provável perda.

Ver informações sobre processos referente a EMAE na Nota 10 (c).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Sabesprev e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- . Da Companhia: 7,2% (31 de dezembro de 2013 – 7,3%) em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,1% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.249.794	1.988.912
Valor justo dos ativos do plano	(1.573.723)	(1.442.164)
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	676.071	546.748
Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.053.527	1.780.268
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	2.053.527	1.780.268
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias (*)	2.729.598	2.327.016

(*) O aumento do passivo em 2014 é devido, principalmente, pelo impacto do aumento real de salários e benefícios e pela diminuição na taxa de desconto para 6,11% e 6,09% em 2014 em comparação a 6,36% e 6,46% em 2013, respectivamente, para os planos G1 e G0.

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os (ganhos)/perdas no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(113.727)	(198.192)	(311.919)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	28.208	-	28.208
Outros	(2.397)	-	(2.397)
Total dos ganhos/(perdas)	(87.916)	(198.192)	(286.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	29.891	-	29.891
Ajuste de avaliação patrimonial	(58.025)	(198.192)	(256.217)
	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2013			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	432.426	244.121	676.547
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(312.857)	-	(312.857)
Outros	3.404	-	3.404
Total dos ganhos/(perdas)	122.973	244.121	367.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	(41.810)	-	(41.810)
Ajuste de avaliação patrimonial	81.163	244.121	325.284

(i) Plano G1

Administrado pela Sabesprev, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 1,19% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 10,13% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 676.071 (R\$ 546.748 em 31 de dezembro de 2013) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.988.912	2.262.440
Custo do serviço corrente	30.736	27.947
Custo dos juros	199.528	206.429
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	113.727	(432.426)
Benefícios pagos	(83.109)	(75.478)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>2.249.794</u>	<u>1.988.912</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.442.164	1.657.608
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	144.678	151.139
Contribuições esperadas da Companhia	21.223	10.876
Contribuições esperadas dos participantes	20.559	10.876
Benefícios pagos	(83.109)	(75.478)
Ganhos/(perdas) financeiros contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	28.208	(312.857)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	<u>1.573.723</u>	<u>1.442.164</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2014
Custo do serviço líquido	9.513
Custo dos juros	199.528
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(144.678)
Total reconhecido na demonstração do resultado	<u>64.363</u>

Em 2014 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 43.133, R\$ 6.168 e R\$ 15.062, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas previstas	2015
Custo do serviço líquido	23.303
Custo dos juros líquido	80.755
Contribuição dos participantes	(23.052)
Total da despesa adicional a reconhecer	81.006

Premissas atuariais:

	2014	2013
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,11% a.a.	6,36% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	5,80% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	13,00% a.a.	12,53% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	7,92% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2014 era de 8.670 (8.885 em 31 de dezembro de 2013), e inativos era de 6.675 (6.597 em 31 de dezembro de 2013).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2015 é de R\$ 86.042.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 22.956 (dezembro/2013 – R\$ 18.348) e R\$ 23.621 (dezembro/2013 – R\$ 18.416), respectivamente.

A Companhia e a Sabesp estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano Sabesp Mais. A Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 213.044
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 244.103
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 71.093
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 68.916
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 44.096
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 43.248

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela Sabesprev e consultores financeiros independentes:

		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Renda fixa			
- NTNBS's		790.779	712.017
- NTNC's		139.200	132.265
- NTNFS's		6.206	5.858
Títulos públicos em carteira própria	(a)	936.185	850.140
Cotas de fundos de renda fixa	(b)	120.413	80.931
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c)	103.736	78.034
Total renda fixa		1.160.334	1.009.105
Renda variável			
Cotas de fundos de investimento em ações	(d)	223.167	259.717
Total renda variável		223.167	259.717
Investimentos estruturados			
Cotas de fundos de investimento em participações	(e)	83.204	76.338
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f)	30.672	40.220
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g)	28.206	25.806
Total investimentos estruturados		142.082	142.364
Investimentos no exterior	(h)	19.079	-
Outros	(i)	29.061	30.978
Valor justo dos ativos do plano		1.573.723	1.442.164

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2017 a 2050. Esses papéis tem como indexador os seguintes índices: NTN-b indexado pelo IPCA, NTN-c indexado pelo IGPM e NTN-f que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como de lastros recebíveis de atividades empresariais diversas.

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Investimentos no exterior: cotas de fundos de investimento em ações de empresas globais, majoritariamente empresas americanas.

(i) Outros: basicamente formado por empréstimos e imóveis.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Ao final de 2014, a Sabesprev possuía em sua carteira de investimentos debêntures emitidas pela Companhia no valor de R\$ 1.893. Em 2013, não havia ativos emitidos pela Companhia na carteira. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

O Mercado de Capitais brasileiro foi afetado em 2014 pela percepção negativa sobre a condução da Política Macroeconômica, pela persistência da inflação em níveis considerados altos e pelo baixo crescimento econômico; entretanto, mesmo diante desse cenário os ativos do plano renderam 9,92% em 2014 e 7,43% em 2013, sendo esta variação positiva impactada substancialmente pelos títulos públicos (NTNB's, NTNC's e NTNFS's).

Na Renda Fixa, os investimentos em Fundos de Renda Fixa e em Crédito Privado tiveram retornos positivamente impactados pelo efeito de marcação a mercado dos preços dos títulos públicos federais, que experimentaram uma significativa apreciação de valor em 2014 em relação ao fechamento de 2013.

Na Renda Variável, as ações de empresas brasileiras listadas na BMF&Bovespa tiveram seus preços reduzidos. O retorno do principal índice bursátil brasileiro em 2014, o Ibovespa, de -2,91% ilustra a afirmação. Em 2013, o retorno do Ibovespa foi de -15,50%.

Na carteira de Investimentos Estruturados, os principais detratores de retorno foram os investimentos em Fundos de Investimento Imobiliários e os Fundos de Investimento em Participações, que tiveram retorno negativo no período. Os Fundos Multimercados tiveram um retorno superior ao obtido em 2013, contudo, sofreram também os impactos do cenário traçado acima.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2014, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.188 participantes entre ativos e assistidos (5.627 em 2013).

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 9.214 (dezembro/2013 – R\$ 10.613) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 8.936, no exercício de 2014 (dezembro/2013 – R\$ 8.446).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2014, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.053.527 (dezembro/2013 - R\$ 1.780.268).

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.780.268	1.987.718
Custo dos juros e serviço corrente	224.931	176.766
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	198.192	(244.121)
Benefícios pagos	<u>(149.864)</u>	<u>(140.095)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u><u>2.053.527</u></u>	<u><u>1.780.268</u></u>

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	<u>2014</u>
Custo dos juros e serviço corrente	224.931
Valor recebido do GESP (incontroverso)	<u>(82.638)</u>
Total	<u><u>142.293</u></u>

Em 2014 a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

Despesas previstas	<u>2015</u>
Custo dos juros	<u>247.859</u>
Total da despesa adicional a reconhecer	<u><u>247.859</u></u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2014	2013
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,09% a.a.	6,46% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	5,80% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	7,92% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos do plano G0 em 31 de dezembro de 2014 é de 22 (24 em 31 de dezembro de 2013) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2014 é de 2.375 (2.412 em 31 de dezembro de 2013).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2015 é de R\$ 157.616.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão – G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 197.768
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 194.469
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 204.121
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 185.665
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 71.258
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 68.867

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2014, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2014 o montante foi de R\$ 72.946 (2013 – R\$ 68.495).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 14 (d)(v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R\$ 318.973 e R\$ 323.208, respectivamente.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 15.000.000 (dezembro/2013 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (dezembro/2013 – 683.509.869), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.258	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	169.000.272	24,73%	174.076.755	25,47%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	170.351.902	24,92%	165.291.202	24,18%
Outros	633.410	0,09%	617.654	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2014
Lucro líquido do exercício	902.983
(-) Reserva legal - 5%	(45.149)
	<u>857.834</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 0,3138 por ação)	<u><u>214.458</u></u>

Foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, em 30 de abril de 2014, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 537.465, relativo ao exercício de 2013. Dessa forma, o valor de R\$ 42.862, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2013 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. Tais juros tiveram início de pagamento em junho de 2014.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2015, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 214.458, correspondentes a R\$ 0,3138 por ação ordinária, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 15.844, a serem referendados na Assembleia Geral em 30 de abril de 2015.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 214.458, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 37.846 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 15.844.

De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 15.844 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito do juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 214.523, refere-se ao valor declarado em 2014 de R\$ 214.458, líquido do imposto de renda retido na fonte e R\$ 65 declarados em exercícios anteriores.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital. O valor de R\$ 124.255 referente ao saldo de dezembro/2013 foi integralmente capitalizado em 2014, conforme Nota 22 (j).

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 2.914.008 e R\$ 5.980.535, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Destinação do lucro do exercício

	<u>2014</u>
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	902.983
(-) Reserva legal – 5%	45.149
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	214.458
(-) Dividendos adicionais propostos	<u>37.846</u>
Reserva de investimentos constituída em 2014	<u><u>605.530</u></u>

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 605.530 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos prevista no Orçamento de Capital.

(h) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(i) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 20 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2014 e 2013.

	<u>G1</u>	<u>G0</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	62.905	(196.436)	(133.531)
Ganhos e (perdas) atuariais do exercício (Nota 20 (b))	<u>(58.025)</u>	<u>(198.192)</u>	<u>(256.217)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.880	(394.628)	(389.748)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Aumento do Capital

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 30 de abril de 2014 o aumento do Capital Social de R\$ 6.203.688 para R\$ 10.000.000 em função da capitalização de parte da reserva de lucros e do total de reserva de capital no montante de R\$ 3.672.057 e R\$ 124.255, respectivamente.

Foi aprovado também o novo limite para aumento de capital social para R\$ 15.000.000, conforme Nota 22 (a)

23 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	902.983	1.923.559
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	1,32	2,81

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

	2014			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	4.896.657	4.008.678	2.918.036	11.823.371
Deduções da receita bruta	(335.498)	(274.657)	-	(610.155)
Receita operacional líquida	4.561.159	3.734.021	2.918.036	11.213.216
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.929.755)	(2.511.295)	(2.855.516)	(9.296.566)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	631.404	1.222.726	62.520	1.916.650
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				(3.488)
Equivalência patrimonial				(2.453)
Resultado financeiro, líquido				(635.866)
Lucro operacional antes dos impostos				1.274.843
Depreciação e amortização	526.876	477.595	-	1.004.471

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	5.276.056	4.263.965	2.444.735	11.984.756
Deduções da receita bruta	(370.091)	(299.098)	-	(669.189)
Receita operacional líquida	4.905.965	3.964.867	2.444.735	11.315.567
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.512.559)	(2.275.437)	(2.394.487)	(8.182.483)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.393.406	1.689.430	50.248	3.133.084
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				3.296
Equivalência patrimonial				2.465
Resultado financeiro, líquido				(483.246)
Lucro operacional antes dos impostos				2.655.599
Depreciação e amortização	461.426	409.647	-	871.073

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são como segue:

	2014	2013
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.918.036	2.444.735
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(2.855.516)	(2.394.487)
Margem de construção	62.520	50.248

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 14 (c) e (f).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo intangível:		
Serviços de água	10.289.735	9.741.582
Serviços de esgoto	13.492.613	12.298.412
Ativos dos segmentos reportados	23.782.348	22.039.994
Outros intangíveis	2.197.178	1.806.237
Total do intangível	25.979.526	23.846.231

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

25 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de água e esgoto:

	2014	2013
Região Metropolitana de São Paulo	6.235.276	6.984.364
Sistemas Regionais (i)	2.670.059	2.555.657
Total (ii)	8.905.335	9.540.021

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita de serviços de água e esgoto, apresentou um decréscimo de 6,7% em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao exercício de 2013, devido ao Programa de Incentivo à Redução de Consumo (Bônus) e redução de 2,2% no volume faturado total da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

***Bônus:** Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp

Após ser aprovado em caráter emergencial pela ARSESP por meio da Deliberação nº 469/2014, a SABESP adotou um incentivo econômico para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água. A medida foi adotada em função do calor recorde e da inédita falta de chuvas na área do Sistema Cantareira, que está em nível crítico e responsável pelo abastecimento de quase 10 milhões de pessoas.

Os clientes que reduzirem em pelo menos 20% o consumo médio de um período de 12 meses: de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, recebem desconto de 30% na conta. Esse abatimento é aplicado sobre um valor menor, já que a diminuição no consumo resulta em uma fatura mais barata para a aplicação do benefício.

A medida vale para residências, comércios e indústrias abastecidos pelo Sistema Cantareira: toda a zona norte e o centro de São Paulo, parte das zonas leste e oeste da capital, Barueri, Caieiras, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco e Santana de Parnaíba. Em Guarulhos e São Caetano do Sul, também atendidos pelo Cantareira, a distribuição é responsabilidade das prefeituras, que compram água da SABESP. Caberá aos serviços municipais a decisão sobre a concessão do incentivo.

Inicialmente o benefício teve validade para as contas dos meses de referência de fevereiro a agosto, que chegaram aos consumidores de março a setembro. Para Santana de Parnaíba, a medida foi aplicada nos meses de referência de março a agosto, com a chegada da fatura entre abril e setembro.

No entanto, por meio da Deliberação Arsesp nº 480/2014, de 31 de março, o programa de incentivo à redução do consumo de água foi prorrogado até o final de 2014 e ampliado para toda a Região Metropolitana de São Paulo ou até que o nível de água nos reservatórios seja normalizado. Em função da seca e do baixo volume de água no Sistema Cantareira, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA) determinaram que, desde 10 de março de 2014, somos obrigados, temporariamente, a restringir a vazão de água captada do Sistema Cantareira de 33 m³/s para 27,9 m³/s. Para suprir essa menor disponibilidade de água e continuar abastecendo a população, nós estamos realizando uma ampliação do uso da água de outros mananciais. Isso pode levar a um aumento nos custos para servir os consumidores da Região Metropolitana de São Paulo. Se a situação dos reservatórios atingidos pela seca não melhorar, podemos ser obrigados a tomar medidas mais drásticas.

Em 26 de maio de 2014 o Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água foi ampliado para os municípios operados pela Sabesp que fazem parte das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jaguari, localizados na área de influência do Sistema Cantareira.

Da mesma maneira, também teve direito ao bônus o cliente que reduziu em pelo menos 20% o consumo mensal, comparado ao consumo médio dos últimos 12 meses, ou seja, de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014. Para esses clientes, haverá desconto de 30% na conta de água e esgoto. Os municípios que farão parte desta ampliação são: Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracaia, Vargem, Hortolândia, Itatiba, Jarinu, Monte Mor, Morungaba e Paulínia.

A medida contemplou os clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos e teve validade para as contas emitidas a partir de junho de 2014 com vigência até dezembro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Escalonamento do bônus

Em 22 de outubro de 2014, a ARSESP publicou a Deliberação nº 514 que aprovou a bonificação por faixas de redução de consumo para o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

A bonificação por faixas de redução de consumo durante o período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água será:

- (a) Bônus de 30% (trinta por cento), para os usuários cujo consumo mensal seja reduzido em pelo menos 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.
- (b) Bônus de 20% (vinte por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 15% (quinze por cento) e inferior a 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.
- (c) Bônus 10% (dez por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 10% (dez por cento) e inferior a 15% (quinze por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.

A bonificação por faixas de redução de consumo está sendo aplicada a todos os municípios que atualmente já recebem o bônus sobre os valores cobrados de água e esgoto.

As novas faixas do Programa de Bônus tiveram como referência consumos a partir de 01 de novembro de 2014.

O valor do bônus para o período de janeiro a dezembro de 2014 foi de R\$ 376.414.

• Postergação da vigência do bônus

Por meio da Deliberação 536, de 18 de dezembro de 2014, a ARSESP autorizou a postergação da vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água até o final de 2015 ou até a normalização dos níveis dos reservatórios, o que ocorrer primeiro.

Ver na nota 31 (a), evento subsequente sobre a tarifa de contingência.

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de serviços de água e esgoto	8.905.335	9.540.021
Receitas de construção (Nota 14 (c))	2.918.036	2.444.735
Impostos sobre vendas	<u>(610.155)</u>	<u>(669.189)</u>
Receita líquida	<u>11.213.216</u>	<u>11.315.567</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Custos e despesas operacionais

	2014	2013
Custos operacionais		
Salários e encargos	1.494.147	1.348.933
Obrigações previdenciárias	47.855	59.237
Custos de construção (Nota 14 (c))	2.855.516	2.394.487
Materiais gerais	191.723	179.771
Materiais de tratamento	261.205	240.730
Serviços de terceiros	856.960	786.515
Energia elétrica	597.454	551.630
Despesas gerais	404.367	444.663
Depreciação e amortização	926.372	810.297
	<u>7.635.599</u>	<u>6.816.263</u>
Despesas com vendas		
Salários e encargos	236.109	215.083
Obrigações previdenciárias	6.225	8.470
Materiais gerais	4.549	6.995
Serviços de terceiros	252.628	208.943
Energia elétrica	579	557
Despesas gerais	86.590	82.470
Depreciação e amortização	10.339	10.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	139.589	103.864
	<u>736.608</u>	<u>637.103</u>
Despesas administrativas		
Salários e encargos	180.845	176.845
Obrigações previdenciárias	158.114	118.600
Materiais gerais	5.861	6.700
Serviços de terceiros	205.341	116.735
Energia elétrica	1.032	694
Despesas gerais	228.737	183.874
Depreciação e amortização	67.760	50.055
Despesas fiscais	76.669	75.614
	<u>924.359</u>	<u>729.117</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	1.911.101	1.740.861
Obrigações previdenciárias	212.194	186.307
Custos de construção (Nota 14 (c))	2.855.516	2.394.487
Materiais gerais	202.133	193.466
Materiais de tratamento	261.205	240.730
Serviços de terceiros	1.314.929	1.112.193
Energia elétrica	599.065	552.881
Despesas gerais	719.694	711.007
Depreciação e amortização	1.004.471	871.073
Despesas fiscais	76.669	75.614
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	139.589	103.864
	<u>9.296.566</u>	<u>8.182.483</u>

27 Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional (i)	(272.975)	(294.729)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (ii)	(92.180)	(84.648)
Outras despesas financeiras (iii)	(104.060)	(62.882)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(14.334)	(10.662)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (iv)	(98.309)	(72.657)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev Mais (v)	(1.169)	(1.334)
Outras variações monetárias (vi)	(10.597)	(5.731)
Juros e variações monetárias sobre provisões (vii)	(118.669)	(70.267)
Total de despesas financeiras	<u>(712.293)</u>	<u>(602.910)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas (viii)	91.930	85.245
Rendimento de aplicações financeiras (ix)	202.898	151.106
Juros e outras (x)	127.904	149.759
Total de receitas financeiras	<u>422.732</u>	<u>386.110</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(289.561)</u>	<u>(216.800)</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (xi)	(345.105)	(267.835)
Outras variações cambiais	(625)	(6)
Variação cambial ativa	(575)	1.395
Variações cambiais, líquidas	(346.305)	(266.446)
Financeiras líquidas	(635.866)	(483.246)

- (i) A variação nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional sofreu decréscimo em função principalmente, da maior capitalização de juros ocorrida em 2014, quando comparada ao ano de 2013.
- (ii) O acréscimo na despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reflete principalmente, o aumento no saldo da dívida em razão das novas captações.
- (iii) Outras despesas financeiras sofreu acréscimo principalmente devido a entrada em operação de duas SPEs SES Campo Limpo Paulista/Várzea Paulista e ETE Campos do Jordão, respectivamente em agosto de 2013 e março de 2014. Após a entrada de operação, conforme CPC 20, os juros apropriados para pagamento às SPEs são reconhecidos como despesa financeira.
- (iv) A variação monetária é decorrente do aumento nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, TR e IPCA, que foram de 0,9% e 6,4%, respectivamente, em 2014 (0,2% e 5,9%, respectivamente, em 2013). As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 5.1 (d).
- (v) O decréscimo é decorrente do menor saldo dos compromissos da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev Mais.
- (vi) Outras despesas com variação monetária são substancialmente atualizações dos passivos referente aos compromissos de investimento exigidos pelas parcerias públicos-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados pelo IPC/FIPE e IPCA/IBGE que foram de 5,2% e 6,4%, respectivamente, em 2014 e 3,9% e 5,9%, respectivamente, em 2013.
- (vii) A variação é decorrente, principalmente, de atualização dos processos judiciais de clientes e ambientais que são corrigidos pela tabela do tribunal de justiça, considerando a variação do INPC/IBGE que foi de 6,3% em 2014 e 5,6% em 2013.
- (viii) A variação é decorrente, principalmente, de atualização dos depósitos judiciais que são corrigidos pelo INPC/IBGE que apresentou variação de 6,3% em 2014, comparado a 5,6% de variação em 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ix) O acréscimo nos rendimentos das aplicações financeiras ocorreu em função da Companhia manter os valores aplicados financeiramente num prazo superior ao realizado em 2013, houve também um acréscimo nas taxas de juros de mercado que impactou positivamente os rendimentos auferidos em 2014.
- (x) A variação da conta é decorrente, principalmente, da aplicação de juros sobre acordos e parcelamentos.
- (xi) O acréscimo nas despesas reflete principalmente do aumento no saldo da dívida em razão das novas captações. Adicionalmente em 2014 e 2013 houve uma valorização do dólar com variação de 13,4% e 14,6%, respectivamente.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras receitas operacionais, líquidas (i)	109.329	57.382
Outras despesas operacionais (ii)	<u>(112.817)</u>	<u>(54.086)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(3.488)</u>	<u>3.296</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

- (i) As outras receitas operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 51,9 milhões, devido principalmente à: (a) maior aplicação de multas a fornecedores e prestadores de serviço, no montante de R\$ 25,8 milhões; e (b) maior receita obtida através do Programa de Uso Racional da Água (PURA), no montante de R\$ 20,9 milhões.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

- (ii) As outras despesas operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 58,7 milhões, devido principalmente à: (a) provisão de obras e projetos, no montante de R\$ 21,3 milhões; (b) provisão para perdas com verbas contratuais, decorrente da realização do acordo com o município de Diadema, no montante de R\$ 15,0 milhões; (c) baixa de bens obsoletos, no montante de R\$ 11,4 milhões; e (d) provisão referente à baixa de hidrômetros, no valor de R\$ 11,4 milhões.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2014:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.279.797	548.538	51.687	3.784.736	5.664.758
Obrigações contratuais - Investimentos	1.790.549	1.807.801	97.535	2.188.033	5.883.918
Total	3.070.346	2.356.339	149.222	5.972.769	11.548.676

O principal compromisso se refere a PPP São Lourenço. Vide Nota 14 (h).

30 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2014	2013
Total das adições do intangível (Nota 14)	3.236.781	2.750.319
Itens que não afetaram o caixa (ver composição abaixo)	(577.924)	(445.288)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.658.857	2.305.031
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período (Nota 14 (e))	278.265	205.012
Empreiteiros a pagar	48.547	(4.887)
Compromissos de contratos de programas	62.250	28.197
Parceria Público-Privada – PPP (Nota 14 (h))	22.245	-
Arrendamento Mercantil	104.097	166.718
Margem de construção (Notas 14 (f) e 24)	62.520	50.248
Total	577.924	445.288

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

(a) Adoção de tarifa de contingência

A ARSESP publicou em 07 de janeiro de 2015, a Deliberação nº 545, por meio da qual autoriza a adoção da tarifa de contingência aos usuários cujo consumo mensal ultrapasse a média apurada no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, conforme segue:

- (i) 40% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder até 20% da média; ou
- (ii) 100% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder a mais de 20% da média.

Estão sujeitos à tarifa de contingência todos os usuários, inclusive aqueles com contratos de demanda firme, ressalvados os seguintes casos:

- (i) aqueles com consumo mensal de água menor ou igual a 10 m³; e
- (ii) hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios, casas de detenção, e os centros de atendimento da Fundação CASA.

A tarifa de contingência vigorará para os consumos medidos a partir da publicação da Deliberação até 31 de dezembro de 2015, e somente é aplicável aos usuários dos municípios:

- (i) em que a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento sejam de competência da ARSESP; e
- (ii) que tenham sido incluídos no Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

(b) Solicitação de revisão extraordinária

Em 6 de março de 2015, a Companhia protocolou junto a ARSESP, solicitação de revisão extraordinária buscando o reequilíbrio tarifário, decorrente da queda do volume faturado e aumento do preço de energia resultantes do agravamento da crise hídrica em 2014, conforme previsto na Nota Técnica Final RTS/01/2012 - Metodologia Detalhada para o Processo de Revisão Tarifária da SABESP - Primeiro Ciclo Tarifário. Até a data da emissão desse relatório, a Companhia não obteve aprovação do órgão regulador sobre essa revisão extraordinária.

(c) Termo de Acordo – Contas a Receber Incontroverso

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo nos termos abaixo resumidos. Ver informações adicionais na nota explicativa 10 (a), (vi).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de novembro de 2008, a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, com a interveniência da Secretaria de Saneamento e Energia, celebraram o Terceiro Aditamento ao Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças com o objetivo de equacionar o valor incontroverso de dívidas relacionadas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões de que trata a Lei do Estado de São Paulo nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, pagos pela Companhia e não reembolsados pelo Estado.

Nesse documento, os Reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova foram dados como pagamento provisório de parte do valor total incontroverso. No entanto, até a presente data não foi possível realizar a transferência dos reservatórios em função de ação judicial ainda não transitada em julgado. Assim, Estado, Sabesp e DAEE, por meio do Termo de Acordo firmado em 18 de março de 2015, acordaram na substituição dos Reservatórios pelo pagamento parcelado da dívida.

O valor do atual acordo é de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283, referentes ao valor principal ("Valor Principal") e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- a) As primeiras vinte e quatro parcelas serão quitadas mediante a transferência imediata de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP do tipo TRPL4, no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015.
- b) O saldo de R\$ 609.109 será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e pago em espécie, por meio das demais 156 parcelas mensais, iniciando-se em 5 de abril de 2017. A partir do início de pagamento, as parcelas serão atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- 1) Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a Sabesp com registro em cartório, a Sabesp reembolsará ao Estado os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e
- 2) Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado pagará à Sabesp, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2014

Aos Conselheiros de Administração
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp é órgão estatutário, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, e é composto por três Conselheiros de Administração Independente. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission – SEC*, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, os Srs. Jerônimo Antunes, Reinaldo Guerreiro e Francisco Vidal Luna foram reeleitos membros do Conselho de Administração e na Reunião do Conselho de Administração de 14 de maio de 2014 foram reconduzidos como membros do Comitê, sendo que o Sr. Jerônimo Antunes foi também reconduzido como membro especialista, na função de coordenador do Comitê.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 28/03/2014 a 26/03/2015, o Comitê reuniu-se 25 vezes. Essas reuniões envolveram os Diretores, Superintendentes e Gerentes da Sabesp. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

- Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- Aprovação do plano de trabalho de *Fraud Risk Assessment*;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento das atividades de gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de *compliance*;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Acompanhamento do processo de apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com a legislação aplicável e boas práticas de governança corporativa; e
- Revisão das Informações Trimestrais, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, e do Relatório 20-F.

O Comitê realizou quatro reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal da Sabesp para a revisão das Informações Trimestrais dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014 e das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações corretivas para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), e com a Lei *Sarbanes-Oxley*.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controles internos.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e, por ser listada na *NYSE*, das normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e das normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê informa ao Conselho que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e a Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

O Comitê registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, os Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu e o próprio Comitê em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica e Auditoria Interna e demais superintendências, além da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 26 de março de 2015.

Jerônimo Antunes
Coordenador e
Especialista Financeiro

Reinaldo Guerreiro
Membro

Francisco Vidal Luna
Membro